

Operação Acolhida: uma história oral

Gleice de Oliveira Erbas¹

Castro, Celso; Mello, Eduardo; e Sousa, Carolina Soares (Orgs.). ***Operação Acolhida: uma história oral***. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. 169p. ISBN: 978-65-5652-166-4.

Artigo recebido em junho de 2025

Artigo aprovado em junho de 2025

O livro *Operação Acolhida: Uma História Oral*, é produto de entrevistas realizadas pelo Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas. Neste livro, os autores exploram a visão dos entrevistados², civis e militares, que ocuparam posições importantes na Operação Acolhida. A atuação das Forças Armadas em uma operação de cunho humanitário, envolvendo políticas públicas de acolhimento, integração de migrantes e refugiados em situação de extrema vulnerabilidade, assim como a questão da interiorização e o futuro da Operação são temas centrais da obra, publicada em 2022.

Assim, o livro une o estudo da Operação Acolhida à História Oral, objetivando oferecer uma perspectiva detalhada sobre a construção, a operacionalização e a efetividade da Operação como resposta humanitária brasileira ao fluxo de migrantes e refugiados provenientes da Venezuela em direção ao país.





A obra está dividida em sete capítulos. Os quatro primeiros apresentam entrevistas realizadas com militares, e os três últimos, com civis. Além disso, o livro contém uma apresentação que contextualiza a questão migratória venezuelana e mostra dados oficiais sobre a entrada de venezuelanos no país, além de apresentar detalhes da Operação Acolhida como resposta emergencial brasileira para atender migrantes e refugiados em Roraima. Ademais, apresenta uma cronologia dos principais eventos desse fluxo migratório, assim como a base legal da Operação e os contingentes militares convocados a atuar na região. A cronologia data de dezembro de 2016, momento em que se intensificou o fluxo migratório, e termina em setembro de 2021, quando se consolidou a Operação.

No primeiro capítulo, os autores apresentam a entrevista realizada com o Coronel Georges Feres Kanaan³. Esta entrevista apresenta um breve relato da participação do militar, iniciando em fevereiro de 2018, e a complexidade, relatada por ele, em gerenciar uma operação humanitária sem precedentes no país. De acordo com o Coronel Kanaan, apesar das Forças Armadas terem adquirido conhecimentos anteriores, atuando em missões de paz, como a Minustah no Haiti, e da Garantia da Lei e da Ordem (GLO)⁴, planejar a Operação Acolhida foi um grande desafio, devido ao seu ineditismo. Em seu depoimento, Kanaan, além de traçar sua trajetória na Operação Acolhida, caracteriza-a como uma operação interagências, realizada entre o governo federal com o apoio de agências da ONU, de organismos internacionais e da sociedade civil – envolvendo entidades filantrópicas, religiosas e organizações não governamentais⁵.

Vale destacar o relato das tensões sofridas durante o início da operação para a retirada dos migrantes e refugiados que se encontravam em situação de rua, ao mesmo tempo em que se construíam abrigos para o acolhimento emergencial, com o objetivo de controlar a ordem pública da cidade. Segundo Kanaan, esse contexto justifica os três erros cometidos pelos militares na construção da operação, a

saber: não tratar a interiorização na mesma velocidade que o ordenamento de fronteira e o abrigamento; não tratar o abrigo temporário como temporário; e, por último, descuidar das aquisições e doações. Os erros apontados revelam o pensamento institucional militar que opera com “a dinâmica do controle, maquiada de assistência” (Jarochinski Silva; Villaça; Boson, 2024).

No segundo capítulo, os autores apresentam a entrevista com o Coronel Frederico Gomes Cinelli⁶. O militar defende que a expertise militar em logística foi um eixo estruturante para a Operação Acolhida, pois permitiu executar de forma célere o gerenciamento desse fluxo migratório. O trecho marcante da entrevista foi a exposição explícita da doutrina militar nas palavras do entrevistado: “Nós somos uma força armada, nós somos feitos para matar pessoas e destruir coisas. Essa é a realidade das forças militares [...]” (Castro; Mello; Sousa, 2022, p. 56). As palavras do militar refletem a natureza violenta inerente às forças militares e nos convidam a refletir sobre as implicações geradas com a participação das Forças Armadas em missões humanitárias. Além disso, o envolvimento das Forças Armadas na gestão de emergência humanitária é um tema sensível, especialmente em contexto de militarização crescente da segurança pública no Brasil.

O terceiro capítulo oferece a visão do Coronel João Roberto Albim Gobert⁷ sobre o protagonismo dos militares na gestão do fluxo migratório. Tal visão alinha-se com o pensamento do Coronel Kanaan sobre os aspectos logísticos e estratégicos da operação. Durante a entrevista, a questão da pandemia da Covid-19, conforme as palavras do militar, trouxe impactos significativos para a operação. Um dos primeiros impactos mencionados foi a necessidade de adotar medidas de controle sanitário de forma emergencial. E o outro, conforme ele apresenta, foi a diminuição do processo de interiorização.

Segundo ele, à medida que a pandemia avançava, muitos municípios começaram a recusar novos migrantes e refugiados. Consequentemente, a meta, que era três mil interiorizações por mês, caiu para



mil, algo que sobrecarregou os abrigos de Roraima, acentuando não só a vulnerabilidade dessa população, como também o risco de contaminação pelo vírus da Covid-19.

Já o quarto capítulo é apresentada a entrevista do Coronel Carlos Alexandre de Souza⁸. O militar expõe sua percepção sobre a provável saída das Forças Armadas e do Ministério da Defesa do cenário da Operação. Segundo suas palavras, a atuação da força militar deve perdurar enquanto houver uma crise; superada essa fase, o componente militar não deve permanecer. O Coronel destaca que a presença dos militares na Acolhida aos migrantes e refugiados deveria ser reduzida gradualmente, conforme aponta o Plano de Reestruturação e Transição da Operação Acolhida. Isso nos leva a refletir se a Política Migratória adotada pelo governo brasileiro realmente reforça a garantia dos Direitos Humanos de migrantes e refugiados ou se, simplesmente, restringe-se a gerenciar os fluxos migratórios na perspectiva emergencial.

A primeira entrevista com civis apresentada pelos autores é a de Pablo Mattos⁹. Ele revela sua opinião sobre a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Mattos reconhece o papel fundamental do ACNUR, especialmente na regularização de documentos, na proteção dos direitos sociais dessa população e na articulação realizada com as diferentes esferas governamentais. Neste capítulo, o entrevistado demonstra preocupações sobre os impactos da militarização na dinâmica do acolhimento. Em suas análises, a estrutura hierarquizada e pautada na segurança nacional das Forças Armadas não se encontra alinhada com as ações de cunho humanitário, gerando implicações consideráveis sobre até que ponto uma resposta militarizada pode realizar a tão sonhada integração dos migrantes e refugiados que habitam o território brasileiro.

Outra questão que merece destaque é a respeito à estratégia de interiorização¹⁰. Para Mattos, vincular o número de interiorizados ao sucesso da Operação não condiz com a realidade. Na sua opi-

nião, quando famílias interiorizadas enfrentam dificuldades como a falta de uma moradia digna, acesso a serviços básicos, exploração de sua força de trabalho e grande exposição à violência, o processo de interiorização não pode ser considerado como sucesso. Conforme suas palavras, quando há ausência de mecanismos para o monitoramento das condições de vida das pessoas interiorizadas, esse processo se torna incompleto.

Nesse sentido, Mattos, além de expor uma crítica sobre a ausência de monitoramento dos interiorizados, enfatiza uma necessidade urgente: o aumento da representatividade de migrantes e refugiados, ou seja, uma participação ativa dessa população nos espaços de decisão para garantir que suas necessidades sejam atendidas.

No sexto capítulo, a narrativa de Yssysay Divina Rodrigues¹¹ revela as dificuldades estruturais dos serviços públicos do estado de Roraima. Segundo ela, o aumento das demandas geradas pela chegada dos venezuelanos revelou a incapacidade dos serviços de acolhimento oferecidos pelo estado. A informação aqui arrolada ilumina as fragilidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da região. Para ela, como Roraima não tinha uma rede estruturada do SUAS, o estado foi incapaz de absorver a demanda por acolhimento, o que resultou em um elevado contingente de migrantes e refugiados em situação de rua. Tal fator, estimulado por discursos políticos que culpabilizavam migrantes e refugiados pelos problemas estruturais do estado, provocou um impacto extremamente negativo na opinião pública, reforçando a narrativa xenofóbica da população local.

Sobre a questão da interiorização, Yssysay corrobora a narrativa de Pablo Mattos. Para ela, a implementação do monitoramento do processo de interiorização é um grande desafio. Ela defende que a participação do SUAS na interiorização é essencial, mas afirma que ainda está longe de se concretizar. Quanto à continuidade da Operação Acolhida após a saída das Forças Armadas, ela compreende que a atuação dos militares não deveria ser permanente. No entanto, sua

saída deve ocorrer de forma planejada e gradual, para que a operação continue dando respostas às demandas geradas pelo fluxo migratório. Cabe também destacar o posicionamento de Yssysay sobre a participação de migrantes e refugiados nos debates e nas decisões que afetam diretamente suas vidas. Ela observa que no país há muitas igrejas e ONGs falando em nome dos migrantes, enquanto poucos dos próprios sujeitos falam por si mesmos.

O livro se encerra com a entrevista de Marcela Ulhoa Silveira Bonvicini¹², que apresenta o importante diálogo estabelecido entre ela e as trabalhadoras sexuais venezuelanas, um grupo extremamente marginalizado, exposto a diferentes formas de violência e estigmatização. Foi a partir desse trabalho desenvolvido com o grupo de mulheres que ela se aproximou do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Por fim, ela ressalta os avanços e limites do acolhimento, enfatizando que as ações voltadas para responder às demandas do referido público devem ter continuidade via políticas públicas, de modo a evitar respostas emergenciais que acabam por perpetuar graves violações de direitos.

Em síntese, trata-se de um livro de grande contribuição para o campo dos estudos da Operação Acolhida e da migração venezuelana, por reunir depoimentos de atores que participaram diretamente da Operação. Assim, em termos de contribuição acadêmica, podemos afirmar que o livro é de extrema relevância para pesquisadoras e pesquisadores envolvidos nos estudos migratórios.

No entanto, embora a metodologia da História Oral ofereça um valor documental de grande relevância, para um estudo mais aprofundado sobre essa temática, é necessário complementar a leitura com outras obras que ofereçam uma análise mais crítica das dinâmicas institucionais envolvidas, assim como a percepção dos próprios migrantes e refugiados. Limitar o estudo, somente à ótica dos representantes institucionais, acaba restringindo a diversidade das narrativas, uma vez que os depoimentos prestados pelos participantes aqui citados

são, predominantemente, voltados para demonstrar o êxito das instituições que eles representam ao longo da Operação. Portanto, entender o ponto de vista dos sujeitos que se encontram em situação de migração ou refúgio é indispensável. Analisar a questão da militarização da política migratória sem ouvir a população diretamente afetada é ignorar sua realidade e suas necessidades.

Enfim, a questão da militarização tem gerado alguns embates relacionados à substituição de políticas públicas por ações emergenciais de caráter assistencialista, como as Ações Cívico-Sociais (ACISO), além da atuação das Forças Armadas em operações de segurança pública em contextos democráticos. Assim, enquanto alguns setores consideram as ações das Forças Armadas exemplares, principalmente em situações emergenciais e de segurança, outros alertam para os riscos de normalizar a presença das Forças Armadas como resposta às demandas das expressões da questão social.

Referências

CASTRO, C., MELLO, E.; SOUSA, C. S. **Operação Acolhida: Uma história oral.** (Orgs.) Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. 169p. ISBN: 978-65-5652-166-4.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. J.; VILLAÇA, G.; BOSON, V. P. Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e a mobilidade humana venezuelana. **Cadernos Metrópole**, 26(61), e6166412. 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/66412>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Notas

- 1 Graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Especialista em Gestão Pública Municipal com ênfase em Políticas Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Servidora pública de Niterói, com atuação na política de assistência social. Doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio. Orcid n° 0000-0001-9143-2092. Email:gleice_er@yahoo.com.br.
- 2 Entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2021.
- 3 Coordenador operacional adjunto da Operação Acolhida entre 2018 e 2020.



- 4 São ações de policiamento ostensivo nas quais as Forças Armadas exercem o papel de polícia.
- 5 Segundo os autores havia mais de 100 agências envolvidas na Operação Acolhida.
- 6 Chefe do Estado-Maior do 7º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima entre novembro de 2019 e março de 2020.
- 7 Chefe do Estado-Maior do 8º Contingente da Força-tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima.
- 8 Chefe do Estado-Maior do 9º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima.
- 9 Oficial de proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em Boa Vista, atuando em parceria com a Operação Acolhida desde o seu início, em março de 2018.
- 10 A interiorização é considerada pelo governo federal como a principal estratégia dentro da Operação Acolhida e consiste a realocação voluntária de migrantes e refugiados venezuelanos dos estados de Roraima e Amazonas para outros estados do Brasil, buscando melhores condições econômicas e sociais à integração.
- 11 Coordenadora de campo da Organização Internacional para as Migrações (OIM), atuando em parceria com a Operação Acolhida desde seu início, em março de 2018
- 12 Oficial de proteção e chefe de escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), atuando em parceria com a Operação Acolhida desde seu início, em março de 2018.